

NAVEGAÇÃO

EUA analisam Constituição brasileira

CARLOS TAVARES DE OLIVEIRA

Estão atônitos os americanos com as notícias chegadas do Brasil nestes dois últimos meses. Primeiramente foi a promulgação da nova Constituição, elaborada ainda nos moldes de um nacionalismo ultrapassado, protecionista e contrário aos investimentos externos. No mês seguinte, outra novidade explosiva, com a ampla derrota do Governo nas eleições de 15 de novembro, e a conseqüente ascensão das forças de esquerda ao controle das principais cidades do País: São Paulo, Rio, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Santos, entre outras.

Para tentar explicar o que ocorre no Brasil, em particular as implicações na economia e no comércio exterior dos dispositivos da Constituição, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos vai realizar dois importantes seminários, nos próximos dias 6 e 7, em Washington e Nova York, respectivamente. Estão convidados expressamente as companhias e empresários que têm negócios de exportação, importação, bem como os investidores. Entre outros, serão examinados os novos dispositivos que oferecem tratamento preferencial às empresas nacionais; o direito de propriedade industrial; o papel do Congresso na

implementação dessas medidas, bem como o significado delas para firmas americanas.

Como se verifica, antes mesmo de qualquer organização governamental ou privada brasileira, os EUA procuram esclarecer a relevante matéria, debatendo-a com o meio empresarial interessado. Ocupando posição destacada em nossa economia, são os EUA os principais importadores de produtos nacionais; os maiores fornecedores; os líderes dos investimentos; além de serem os detentores da parcela majoritária da nossa dívida externa.

Nunca é demais lembrar, particularmente aos novos políticos emergentes, que os EUA absorvem, por ano, cerca de 28% das exportações brasileiras. Ainda no corrente exercício as vendas para o mercado americano, crescendo à expressiva taxa de 26%, ficarão ao redor do nível recorde de US\$ 9 bilhões, o que proporcionará ao Brasil superávit de US\$ 4,5 bilhões. Muitas das fábricas produtoras de artigos exportados para os EUA (suco de laranja, calçados, peças de automóveis, confecções, etc.) e suas centenas de milhares de empregados situam-se em cidades que, a partir de janeiro, serão governadas por prefeitos de tendência esquerdista.

Na atualidade, as duas maiores nações socialistas do planeta, China e União Soviética, igualam-se na ânsia de captar investimentos externos para modernizar suas economias e dinamizar o seu comércio internacional. Por paradoxal que possa parecer, as modernas legislações chinesa e soviética, referentes ao capital estrangeiro, são bem mais liberais e tolerantes do que a vigorante no Brasil, consagrada na Constituição.

Até então, as esquerdas responsáveis e qualificadas não haviam chegado ao poder. Apenas um ou outro grupo, dito socialista, sem qualquer compromisso com a realidade dos fatos, procurava influir junto à cúpula do partido majoritário, com resultados às vezes nefastos para o País. Agora não, os dois partidos que conquistaram as principais capitais, PT e PDT, têm nítida coloração e programas socialistas definidos.

A administração de grandes municípios, onde são consideráveis os investimentos e numerosas as empresas estrangeiras — como São Paulo, Campinas, Rio e Santos — vai oferecer a esses partidos a oportunidade de pensar e agir como governo, com suas vantagens e desvantagens. Maltratar e afugentar o capital estrangeiro significará o fechamento de fábricas, desemprego

e queda de arrecadação, programa que não agradará ao mais radical dos prefeitos eleitos. Além do mais, as duas agremiações vitoriosas já dispõem de candidaturas de peso às eleições presidenciais do próximo ano. Assim, talvez fosse oportuno que esses partidos iniciassem uma participação efetiva em reuniões econômicas internacionais, não só para transmitirem suas idéias como, também, para conhecerem as reações dos investidores a parceiros comerciais que operam com o Brasil.

Os dois seminários promovidos pelo Departamento de Comércio são, portanto, da maior importância não só para o Governo Sarney como para os partidos que agora começam a compartilhar do poder. Não deve faltar aos organizadores desses eventos o menor esclarecimento — inclusive da parte do Congresso — para que a Constituição seja convenientemente analisada e seus equívocos não sejam maximizados. Sobretudo, deve-se ressaltar a esperança — ainda que remota — de a Carta ser flexibilizada e atualizada através da legislação complementar a ser obrigatoriamente expedita.

Carlos Tavares de Oliveira é Consultor de comércio exterior da Confederação Nacional de Comércio.